

EDUCAÇÃO NÃO-DOCENTE NAS ESCOLAS

JÚLIA ELIANE FORTES PINHEIRO¹;

DANTE DINIZ BESSA²:

¹Universidade Federal de Pelotas – fortesjulia479@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – ddbessah@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

As escolas no Brasil, de forma geral, têm em sua estrutura base professores, alunos e profissionais não docentes, que formam o mínimo necessário para o seu funcionamento, do ponto de vista dos sujeitos que nela atuam.

Aqui, enfatiza-se que os não docentes são funcionários e funcionárias que trabalham nas escolas em funções diferentes das de docentes e de pedagogos. Como diz Scapini:

São profissionais denominados de apoio técnico, como as merendeiras, seguranças, porteiros, zeladores, monitores, técnico de multimeios, secretárias, inspetores, auxiliares de ensino e pessoas responsáveis pelos cargos administrativos da escola (SCAPINI, 2014, p.15).

Estes profissionais estão presentes, cotidianamente, na formação de discentes. Apesar de amparados na Lei n. 9.394, de 1996, que reconhece seus direitos de participação na elaboração dos projetos pedagógicos e formaliza o de profissionais da educação, desde a Lei nº 12.014/2009, o cenário encontrado nas escolas é de que não são abertos espaços para a categoria se manifestar, debater e refletir sobre o papel do seu trabalho na educação escolar (SCAPINI, 2014).

Neste contexto, surge o Grupo de Estudos sobre Educação não Docente na Escola (GEENDE), que foi planejado a partir dos questionamentos de um professor universitário, de uma merendeira e de uma higienizadora escolar, ambas estudantes de licenciatura, que buscam entender a identidade de funcionários como profissionais da educação.

Atualmente, o grupo é composto por estudantes universitárias que exercem funções não docentes nas escolas, estudantes de licenciaturas e técnico administrativo em educação (TAE) da universidade, que analisam e discutem as relações entre trabalho não docente e educação na escola pública, com objetivo de entender o que pode fazer com que funcionárias e funcionários, no exercício de suas funções, se identifiquem e se sintam pertencentes à categoria dos profissionais da educação.

Ao mesmo tempo em que buscam entender o que identifica funcionárias e funcionários como profissionais da educação, que é o educar na escola, o grupo procura identificar quais são as especificidades da educação que fazem e que diferenciam o seu trabalho educativo do trabalho de professoras e professores, de pedagogas e pedagogos.

Portanto, este trabalho tem como objetivo apresentar um relato da experiência do Grupo e refletir sobre suas contribuições à formação dos estudantes dos cursos de licenciatura da Universidade Federal de Pelotas.

2. ATIVIDADES REALIZADAS

O GEENDE se reúne em encontros quinzenais nos quais uma participante fica responsável pela preparação e apresentação de conteúdo para análise e discussão, as quais são realizadas por meio do confronto entre os conhecimentos da experiência de trabalho de participantes do Grupo que trabalham em funções não docentes na escola e conhecimentos teóricos da área da educação (BESSA, 2017).

Nesse processo, temos estudado temas que têm contribuído para compreendermos melhor o trabalho não docente.

Por exemplo, ao nos perguntarmos sobre a natureza educativa do trabalho não docente na escola, tomamos um caminho que o aproximada da educação comunitária, da educação social e da educação popular, ao confrontarmos as experiências das colegas com o que sugere Moacir Gadotti (2012).

Tal caminho foi construído a partir da análise coletiva do trabalho realizado pelas colegas de grupo que trabalham em escolas. Conforme elas relatam, merendeiras, higienizadoras, monitoras e auxiliares de ensino estão cotidianamente acolhendo os discentes, criando laços de afetividade e auxiliando em todo seu desenvolvimento e autonomia, desde ações mais básicas como aprender a usar o banheiro, amarrar os cadarços, segurar talheres, comer alimentos saudáveis, como também ações que influenciam diretamente no seu processo de socialização, como a interação com os colegas e a resolução de conflitos.

Dessa forma, compreendemos que o trabalho não docente, ao mesmo tempo em que apoia o trabalho de instrução e ensino realizado por professoras e professores, parece estar muito ligado a direitos sociais em relação aos quais a escola tem alguma responsabilidade e que estão diretamente relacionados ao direito à educação, tais como: direito à alimentação saudável e nutritiva, direito ao cuidado, direito à saúde e à higiene, direito à segurança, entre outros.

Isto é, na relação direta com alunas e alunos, os educadores não docentes contribuem com a formação de cidadãos e cidadãs conscientes de seus direitos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da identidade profissional de funcionários e funcionárias de escola contribui para que se tenha uma escola mais democrática, à medida em que ajuda a formar gestores e professores que reconheçam e incluam no projeto pedagógico e nos processos educativos o trabalho não docente.

Como destaca João Monlevade:

É dar a eles e a elas o mesmo status que têm os professores, como educadores e profissionais. Mas, assim como os professores – apesar do trabalho diferenciado entre eles e, às vezes, de uma formação distinta – têm em comum a responsabilidade de ensinar e garantir o aprendizado dos alunos, os funcionários têm em comum a gestão dos espaços escolares. Onde eles estejam, na portaria, nos pátios, nos corredores, na secretaria, na biblioteca, na cantina, nos sanitários, nos laboratórios, no ônibus escolar, no escritório do órgão estadual, regional ou municipal de Educação, eles são os educadores que se preocupam pela gestão da totalidade material da educação escolar. Não pode ser desprezada essa “materialidade”, porque se

trata dos canais por onde fluem as atividades de ensino–aprendizagem, as condições estruturantes do sucesso da educação dos estudantes. (MONLEVADE, 2009, p. 84).

Assim, o Geende busca, de forma democrática, criar um espaço de estudo e discussão para que todos os profissionais da educação reflitam e debatam os questionamentos, os conhecimentos e as experiências que fazem encontrar o trabalho não docente e a educação escolar.

Tal espaço tem possibilitado a nós, pedagogas e professoras em formação inicial, a desenvolvermos uma concepção de educação escolar desde muitos questionamentos colocados da perspectiva não docente, tais como: como trabalhadoras e trabalhadores não docentes na escola se identificam enquanto profissionais?; funcionárias e funcionários de escola são educadoras e educadores?; são profissionais da educação?; se são profissionais, qual a natureza da educação que fazem na escola?; como funcionárias e funcionários pensam e planejam a educação que fazem?; suas funções são levadas em conta no projeto político-pedagógico da escola?; para se sentirem e se dizerem pertencentes à categoria de profissionais da educação, funcionárias e funcionários precisam de formação específica?; que conhecimentos e valores seriam necessários à formação profissional de funcionárias e funcionário como educadoras e educadores?

Como se vê ainda temos muito a avançar no estudo desse tema sobre o qual ainda temos pouquíssimas fontes de estudos, já que que pouco se diz sobre o trabalho não docente na escola e pouco se escuta funcionárias e funcionários de escola sobre o que pensam acerca da educação.

REFERÊNCIAS

BESSA, Dante Diniz. **Reconstrução da identidade profissional de trabalhadoras em alimentação escolar que concluíram o curso do Profucionário: formação e experiência em situação de trabalho**, 2017. 209f. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/172195/001055937.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 02.10.2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 9.10.2024.

BRASIL. **Lei nº 12.014, de 6 de agosto de 2009**. Altera o art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 ago. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12014.htm. Acesso em: 9.10. 2024.

GADOTTI, Moacir. **Educação Popular, Educação Social, Educação Comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum.** Revista Diálogos: pesquisa em extensão universitária. IV Congresso Internacional de Pedagogia Social: domínio epistemológico. Brasília, v.18, n.1, dez, 2012. Disponível em <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/rdl/article/view/3909>. Acesso: 07.10.2024.

MONLEVADE, João Antonio Cabral de. **Funcionários de Escolas: cidadãos, educadores, profissionais e gestores.** 4. ed. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, Rede e-Tec Brasil, 2012. (Curso técnico de formação para os funcionários da educação. Profuncionário; 1).

SCAPINI, Leandro Antonio. **Educadores Invisíveis: A Ação Educativa Dos Não-Docentes Na Escola.** 2014. Tese (Mestrado em Educação) Pontifícia Universidade Católica Do Paraná, Paraná. Disponível em https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1571498. Acessado em 07/10/2024.